

## Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

Gustavo Dalaqua

As raízes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) remontam a um grupo de estudos criado por Hélio Jaguaribe, em 1953, que buscava investigar as causas do subdesenvolvimento e do desenvolvimento.<sup>1</sup> À época, a intelectualidade brasileira encontrava-se em plena euforia desenvolvimentista. Em 1950, Getúlio Vargas fora democraticamente eleito presidente do Brasil. Influenciado pela CEPAL, o governo Vargas teve o mérito de combinar altas taxas de crescimento econômico com políticas redistributivas favoráveis à classe trabalhadora. Alguns membros do grupo de Jaguaribe eram próximos da administração varguista e solicitaram ao governo a criação de um instituto de pesquisa. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi receptivo à proposta. O suicídio de Vargas em 1954, entretanto, fez com que se adiasse por quase um ano a criação de um centro de pesquisa dedicado a pensar o desenvolvimento.

Em julho de 1955, o Presidente João Café Filho criou, por meio de decreto, o ISEB. Vinculado ao MEC, o ISEB fora concebido como um centro permanente de altos estudos de nível pós-universitário com cinco departamentos: Economia, Filosofia, História, Política e Sociologia. Durante seus quase nove anos de existência, o ISEB percorreu três fases. A primeira delas abrigou duas vertentes concorrentes. Enquanto docentes como Jaguaribe e Roberto Campos postulavam a hegemonia da burguesia industrial no processo do desenvolvimento nacional, professores como Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré entendiam que o desenvolvimento deveria ser liderado pelas massas populares. Esta primeira fase coincidiu com o período de maior financiamento do Instituto e grande proximidade com o governo.

Em 1958, Jaguaribe publica *O nacionalismo na atualidade brasileira*. O livro gera polêmica dentro e fora do Instituto porque defende a privatização do setor petroquímico e o capital estrangeiro. O Conselho Curador do ISEB marcou uma reunião especial para discutir a repercussão da obra. Depois dessa crise, todos os professores que se incomodavam com o

---

<sup>1</sup> Verbete publicado na enciclopédia digital *Modernismo latinoamericano* (Santiago, Chile: 2026). Disponível em: <<https://www.modernismolatinoamericano.org/instituto-superior-de-estudos-brasileiros-iseb>>.

“proselitismo militante” de alguns isebianos de esquerda saíram do Instituto (Jaguaribe, 2014, p. 238).

A segunda fase do ISEB começa em 1959 e vai até 1961. De acordo com um dos professores que saíram do Instituto no final dos anos cinquenta, a partir de sua segunda fase, “o ISEB se transformou numa agência eleitoreira, e ultimamente, numa escola de marxismo” (*apud* Toledo, 1977, p. 188). Embora exagerado, o relato de que o ISEB teria se tornado “eleitoreiro” é compreensível porque, em 1960, Corbisier concorreu ao cargo de deputado estadual e se valeu do Instituto como plataforma para sua campanha. Difundia-se entre os isebianos a ideia de que eles deveriam não apenas compreender a realidade brasileira, mas também transformá-la. Por isso, a formação de futuros estadistas passou a ser vista como uma das funções do Instituto.

Em 1961, Corbisier tornou-se deputado estadual e, portanto, teve de se afastar do ISEB. Logo em seguida, Vieira Pinto assumiu a direção do Instituto. A terceira fase se inicia com a direção de Vieira Pinto e termina uma semana após o golpe de Estado de 1964, quando o ISEB é fechado pelos militares. Esta fase coincide com a radicalização do populismo presenciada durante o governo de João Goulart (1961-1964) e com a quase inexistência de financiamento governamental para o Instituto.

À medida que o contexto político brasileiro se radicalizava, a produção teórica do ISEB também se radicalizava. O chamado “último ISEB” teve um engajamento tão forte com os movimentos sociais de esquerda e com o Partido Comunista Brasileiro que alguns intérpretes o classificaram de organização *agitprop*. De 1962 em diante, os membros do Instituto consideravam o país em vias de ingressar em um momento revolucionário, conduzido pelo próprio processo de radicalização do governo Goulart. Diante dessas circunstâncias, o ISEB se constituiu em um dos centros de pressão para incrementar tal radicalização. Concebido inicialmente como um centro irradiador do nacional-desenvolvimentismo de Kubitschek, o ISEB se tornou um polo difusor da revolução brasileira.

Esclareça-se, todavia, que a mudança não significa um abandono da preocupação com o desenvolvimento. É equivocado reduzir “desenvolvimento” e “desenvolvimentismo” a discursos que seriam necessariamente anti-emancipatórios. Filho das teorias do progresso da Filosofia Moderna, o desenvolvimentismo compõe-se de duas teses centrais. A primeira delas consiste no etapismo, ou seja, na crença de que a história tem diferentes etapas e de que o desenvolvimento aumenta conforme se passa de uma etapa a outra. A segunda tese central do desenvolvimentismo

é a de que a passagem de uma etapa inferior a outra superior não é aleatória, mas sim regida por determinadas causas. Ainda que tenha sido mobilizado para justificar a dominação dos povos outrora colonizados pelos europeus, o desenvolvimentismo é compatível com projetos de emancipação social. Um dos aspectos mais interessantes do ISEB foi o desenvolvimentismo anticolonial produzido em sua última fase (Dalaqua, 2024). Ao passo que, na primeira fase do ISEB, o desenvolvimento era visto como um processo alinhado ao capitalismo e à democracia burguesa, no apagar das luzes do Instituto, os isebianos passaram a afirmar que a revolução socialista e a união dos movimentos libertadores da América Latina, África e Ásia seriam os principais motores do desenvolvimento.

## Bibliografia

Botelho, A., Bastos, E. R., & Villas Bôas, G. (Eds.). (2008). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Topbooks.

Corbisier, R. (1958). *Formação e problema da cultura brasileira*. ISEB.

Corbisier, R. (1960). *Brasília e o desenvolvimento nacional*. ISEB.

Dalaqua, G. H. (2023). Populismo e democracia: reflexões a partir de Álvaro Vieira Pinto. *Novos Estudos CEBRAP*, 42(2), 293–312. <https://doi.org/10.25091/S01013300202300020004>

Dalaqua, G. H. (2024). Revolution in populism: anticolonial developmentalism in Brazil's populist republic. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 52(6), 969–1002. <https://doi.org/10.1080/03086534.2024.2445010>

Furtado, C. (1959). *A operação Nordeste*. ISEB.

Gonçalves, D. S. M. (2020). Ciência e política, ciência ou política: o ISEB e suas duas vocações. *Revista Estudos Políticos*, 9(2), 24–41. <https://doi.org/10.22409/rep.v9i18.40573>

Jaguaribe, H. (1958). *O nacionalismo na atualidade brasileira*. ISEB.

Jaguaribe, H. (2014). ISEB: um breve depoimento e uma reapreciação crítica. *Cadernos do Desenvolvimento*, 9(14), 231–260.

Mendes, C. (1960). *Perspectiva atual da América Latina*. ISEB.

Pinto, A. V. (1956). *Ideologia e desenvolvimento nacional*. ISEB.

Pinto, A. V. (1960). *Consciência e realidade nacional* (Vols. 1–2). ISEB.

Ramos, A. G. (1958). *A redução sociológica*. ISEB.

Sodré, N. W. (1957). *As classes sociais no Brasil*. ISEB.

Souza, N. A., & Capovilla, C. (Eds.). (2021). Dossiê temático: o ISEB e o desenvolvimento nacional. *Princípios*, 40(162), 4–202.

Toledo, C. N. (1977). *ISEB: fábrica de ideologias*. Ática.

Toledo, C. N. (1998). Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo. In J. Q. Moraes (Ed.), *História do marxismo no Brasil* (Vol. 3, pp. 245–274). Editora da Unicamp.

Toledo, C. N. (Ed.). (2005). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Revan.